



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010342-48.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inventário - Sucessões**  
 Herdeiro: **Cintia Soares de Oliveira e outros**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de procedimento de inventário, cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 05/06.

Não obstante ter a inventariante juntado a certidão de óbito de Sidnei Soares de Oliveira, às fls. 41, sendo que o correto seria a certidão de óbito de Sidnei Soares de Oliveira Júnior, o óbito deste está devidamente comprovado em razão da averbação do formal de partilha junto à matrícula do imóvel que é objeto do presente.

Diante disso a decisão de fls. 33 foi devidamente atendida.

A Fazenda Estadual se manifestou às fls. 54.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 05/06, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Os comprovantes dos recolhimentos de taxas e tributos, tais como o ITBI, deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Indefiro o pedido de alvará, pois todos os herdeiros são maiores e capazes.

Fica deferida a expedição do formal de partilha, facultando às partes interessadas solicitarem-no diretamente ao Cartório de Notas.

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, **fica anotado o trânsito em julgado nesta data**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

**P. I. C.**

São Carlos, 13 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**